

# Nota Informativa

Edição 045/2024

## DESTAQUES

ONU adota primeira resolução global sobre inteligência artificial

## TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Coalizão de Direitos na Rede aprofunda diálogo com ANPD sobre regulamentação de inteligência artificial

## REFORMA TRIBUTÁRIA

Haddad quer diminuir número de projetos para regulamentação da reforma tributária

CNC entrega à Fazenda sugestões para regulamentação da Reforma Tributária

## ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

Haddad: bloqueio de R\$ 2,9 bi não é corte de gasto; dispêndio já está definido no arcabouço

Impacto das mudanças em subvenções do ICMS agora é de R\$ 25,8 bilhões, aponta Tesouro

SPE atualiza grade de parâmetros e reforça perspectiva de alta do PIB em 2,2% em 2024

Gestão participa de diálogo do Brasil com União Europeia sobre Economia Digital

## POLÍTICA

Congresso tira de Padilha indicação de emendas

## DESTAQUES

**ONU adota primeira resolução global sobre inteligência artificial**

Mercado | 21/03/2024 – 17h56min

A Assembleia Geral das Nações Unidas adotou na quinta-feira (21), por unanimidade, a primeira resolução global sobre inteligência artificial para incentivar a proteção de dados pessoais, monitorar a IA quanto a riscos e salvaguardar os direitos humanos, disseram autoridades dos EUA. A resolução não vinculante, proposta pelos Estados Unidos e copatrocinada pela China e 121 outras nações, levou três meses para ser negociada e também defende o fortalecimento das políticas de privacidade, disseram as autoridades, em um briefing a repórteres antes da aprovação da resolução. "Estamos navegando em águas agitadas com a tecnologia em rápida mudança, o que significa que é mais importante do que nunca navegar à luz de nossos valores", disse uma das autoridades, descrevendo a resolução como o "primeiro documento de consenso verdadeiramente global sobre IA". Fonte: Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

### Coalizão de Direitos na Rede aprofunda diálogo com ANPD sobre regulamentação de inteligência artificial

Poder Executivo | 21/03/2024 – 16h33min

Representantes da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e da Coalizão de Direitos na Rede (CDR) reuniram-se, na quinta-feira (21), na sede da Autoridade, para troca de informações sobre o estágio atual do debate público sobre a regulamentação da inteligência artificial. A CDR engloba mais de 50 entidades, acadêmicas e da sociedade civil, em defesa dos direitos digitais e atua, também, no debate das pautas digitais. A organização aproveitou a visita institucional para aprofundar o intercâmbio em torno do Projeto de Lei nº 2.338, em tramitação no Senado Federal, para o qual as propostas da CDR estão consolidadas em Nota Técnica disponível no site da entidade. A ANPD, por sua vez, também apresentou as suas contribuições ao projeto de lei, conforme as NTs já divulgadas no site da ANPD. Participaram do encontro o Diretor-Presidente da ANPD, Waldemar Gonçalves; a Diretora Miriam Wimmer; o Diretor Joacil Rael; os Gerentes de Projetos Kátia Carodoso e Lucas Borges; o Coordenador-Geral de Tecnologia e Pesquisa substituto, Thiago Guimarães Moraes; e o Coordenador de Relações Institucionais, Leonardo Selhorst. Representaram a CDR, Paula Guedes, da Data Privacy Brasil; Cynthia Picolo, do Laboratório de Políticas Públicas e Internet (Lapin); e Ladyane Souza, da própria CDR. Fonte: ASCOM ANPD

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## REFORMA TRIBUTÁRIA

### Haddad quer diminuir número de projetos para regulamentação da reforma tributária

Poder Executivo | 21/03/2024 – 23h35min

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, quer reduzir o número de projetos que serão encaminhados ao Congresso Nacional para a regulamentação da reforma tributária. A proposta é juntar em um único projeto de lei complementar as normas do Imposto Seletivo e dos dois novos tributos que serão criados, a CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) federal e o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), de estados e municípios. O segundo projeto agruparia a regulamentação do Comitê Gestor do IBS e as novas regras para regular o chamado processo administrativo fiscal, que trata dos contenciosos entre os contribuintes com os fiscos. Ou seja, o Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais). A proposta inicial era enviar os quatro temas em projetos em separado, mas Haddad já sinalizou à equipe do Ministério da Fazenda que pode juntar as propostas em dois projetos para facilitar

a tramitação, segundo auxiliares do ministro ouvidos pela Folha. Fonte: Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## **CNC entrega à Fazenda sugestões para regulamentação da Reforma Tributária**

Mercado | 21/03/2024 – 17h30min

A CNC entregou ao secretário extraordinário da Reforma Tributária do governo federal, Bernard Appy, na quinta-feira (21) um documento contendo sugestões de legislação para os 19 Grupos Técnicos criados pelo Ministério da Fazenda para elaborar os projetos de leis complementares que vão regulamentar a Emenda Constitucional (EC) 132. Promulgada em 20 de dezembro de 2023, a EC 132 revoga pelo menos cinco impostos e contribuições, centralizando a tributação em dois novos tributos principais, além de alterar uma série de outras regras. O vice-presidente Administrativo da Confederação e presidente da Fecomércio-RJ, Antonio Florencio de Queiroz Junior, representou a CNC, junto com os integrantes das Diretorias de Economia e Inovação (Dein), Relações Institucionais (DRI), Jurídica e Sindical (DJS) e do grupo de trabalho que trata da reforma tributária na CNC. Fonte: Panrotas

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## **ECONOMIA E TRIBUTÁRIO**

### **Haddad: bloqueio de R\$ 2,9 bi não é corte de gasto; dispêndio já está definido no arcabouço**

Poder Executivo | 22/03/2024 – 13h54min

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse na sexta-feira, 22, que o bloqueio anunciado mais cedo pelo governo, de R\$ 2,9 bilhões em despesas discricionárias no Orçamento deste ano para cumprir o limite de gastos do arcabouço fiscal, não representa corte de gasto. De acordo com ele, o dispêndio para este ano já previsto no novo arcabouço fiscal. Estes R\$ 2,9 bilhões equivalem a 1,42% das despesas discricionárias para este ano. De acordo como ministro, é o Ministério do Planejamento que vai oferecer a dotação para poder remanejar e aumentar as despesas com a Previdência e que vieram acima das previsões do ano passado. Ainda sobre o bloqueio, o ministro explicou que quando se coloca uma regra de gasto primário, se eventualmente vai ter mais gasto em uma determinada rubrica, é preciso fazer um remanejamento. Fonte: Correio do Povo

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Impacto das mudanças em subvenções do ICMS agora é de R\$ 25,8 bilhões, aponta Tesouro**

Poder Executivo | 22/03/2024 – 11h37

A secretária-adjunta do Tesouro Nacional, Viviane Varga, revelou na sexta-feira (22) que o governo reduziu sua projeção de arrecadação com as novas regras das subvenções do ICMS, aprovadas no fim de 2024. Agora, a equipe econômica espera arrecadar R\$ 25,8 bilhões, ante os R\$ 35 bilhões previstos. O detalhamento dos dados, por enquanto, não foi divulgado pelo Ministério do Planejamento e Orçamento, já que o relatório completo só será divulgado na noite da sexta-feira. Segundo a secretária, essa redução de R\$ 10 bilhões ocorreu devido a ajustes na tramitação da medida no Congresso Nacional. Viviane Varga também informou que o governo agora não projeta receitas com mudanças nos Juros sobre capital próprio (JCP), já que o Congresso não avançou sobre a medida no último ano. Ela também afirmou que é preciso aguardar o próximo relatório, que será divulgado em maio, para analisar novamente as projeções de receita com concessões de rodovias - houve uma redução de R\$ 12,8 bilhões em relação ao projetado. Conforme revelou o Valor no fim do

ano passado, especialistas questionavam o montante projetado no Orçamento, de R\$ 44,4 bilhões, já que muitas receitas projetadas pelo Ministério dos Transportes dependiam de interpretações do Tribunal de Contas da União (TCU). Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## **SPE atualiza grade de parâmetros e reforça perspectiva de alta do PIB em 2,2% em 2024**

Poder Executivo | 21/03/2024 – 20h19min

A Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Fazenda divulgou nesta quinta-feira (21/3) a edição de março do Boletim Macrofiscal, com a nova grade de parâmetros macroeconômicos. Em relação à grade anterior, de novembro do ano passado, foram mantidas as estimativas de crescimento de 2,2% para o Produto Interno Bruto (PIB) de 2024 e variação de 3,25% do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Por outro lado, houve redução das projeções para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e do Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI). A estimativa para o IPCA em 2024 foi reduzida de 3,55% (novembro/2023) para 3,50% (março/2024); já para o IGP-DI, a projeção foi realinhada de 4,0% para 3,5%. Para 2025, foram mantidas as avaliações de crescimento de 2,8% do PIB e variação de 3,0% do INPC. Foram elevadas, no entanto, as estimativas de variação do IPCA (de 3,0% para 3,1%) e do IGP-DI (de 3,8% para 4,0%). Os dados foram apresentados em entrevista coletiva realizada no edifício-sede do Ministério da Fazenda, em Brasília, com as participações do secretário de Política Econômica, Guilherme Mello; a subsecretária de Política Macroeconômica, Raquel Nadal; e a subsecretária de Política Fiscal, Débora Freire. Fonte: ASCOM MF

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## **Gestão participa de diálogo do Brasil com União Europeia sobre Economia Digital**

Poder Executivo | 21/03/2024 – 17h04min

Representantes do Brasil e da União Europeia debateram esta semana temas coordenados pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) como a Privacidade e Segurança da Informação e Infraestrutura Nacional de Dados (IND). A atividade ocorreu durante o Diálogo Bilateral União Europeia-Brasil sobre Economia Digital, realizado no Ministério das Relações Exteriores (MRE). Em relação ao primeiro, o MGI instituiu em 2023 o Programa de Privacidade e Segurança da Informação (PPSI). O objetivo desta iniciativa é ampliar a maturidade e a resiliência dos órgãos e entidades na área no âmbito do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP). Atualmente, o SISP é constituído por mais de 200 órgãos. Para orientar os órgãos, o ministério disponibiliza várias publicações, como o Modelo de Política de Proteção de Dados Pessoais. Essa publicação tem por finalidade apresentar orientações para auxiliar os órgãos e entidades a elaborarem sua Política de Proteção de Dados Pessoais, no âmbito institucional. Fonte: Agência Gov

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## **POLÍTICA**

## **Congresso tira de Padilha indicação de emendas**

Poder Legislativo | 22/03/2024 – 05h00min

Parlamentares deram um “drible” no ministro da Secretaria de Relações Institucionais (SRI), Alexandre Padilha, para garantir que as indicações de emendas de comissão e de bancada em 2024 sejam encaminhadas diretamente às pastas contempladas pelos recursos, sem passar antes pelo crivo do Palácio do Planalto - como previa regra do ano passado. Os valores das emendas de bancadas estaduais representam R\$ 8,5 bilhões. Já as emendas de comissão somam cerca de R\$ 11 bilhões - e podem ultrapassar R\$ 16 bilhões se o veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) for derrubado durante na próxima sessão do Congresso Nacional. No total, o montante pode chegar a R\$ 35,5 bilhões. A rubrica destinada às comissões foi reforçada em 2024 com valores das emendas de relator, que faziam parte do extinto orçamento secreto. A estratégia para reduzir o poder da SRI sobre esses recursos foi viabilizada graças a uma alteração feita por deputados e senadores na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024, com o apoio da base aliada.

Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)

[Retorno ao índice](#)